CRESCE O DESEMPREGO

Pedro Celso

O desemprego no Distrito Federal atinge 23% da população econômica ativa (PEA). São 200,8 mil desempregados. Embora os dados não tenham sido divulgados publicamente pelos órgãos responsáveis, é necessário realizar um balanço das políticas de geração de empregos aplicadas em Brasília. Pelos resultados das Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED), publicadas entre janeiro e abril do corrente ano, podemos avaliar a pouca eficácia das ações do atual governo do Distrito Federal.

O primeiro resultado que nos chama atenção é que o número de pessoas ocupadas diminuiu em quase todos os segmentos da economia brasileira nesse primeiro quadrimestre de 1999. A construção civil perdeu 2,3 mil postos de trabalho e o comércio, 1,8 mil. O setor de serviços fechou 8,8 mil vagas e a indústria, 200.

O único segmento que teve um saldo positivo nesses primeiros quatro meses foi a administração pública, que empregou 6,1 mil pessoas. A sazonalidade dos contratos temporários na administração pública, especialmente dos professores da Fundação Educacional, dispensados no fim de um ano letivo e recontratados para um novo período escolar; é a principal responsável por esse aumento da ocupação no setor público. Com esse desempenho, a população ocupada no DF decresceu de 684,8 mil (janeiro de 1999) para 675 mil (abril de 1999).

O segundo resultado é o número de desempregados em Brasília. No primeiro mês do ano, existiam 179,3 mil pessoas a procura de trabalho. Em abril, esse número era de 191,7 mil, chegando aos 200,8 mil anunciados em julho.

Essa pressão é perfeitamente justificada por dois argumentos básicos. Primeiro, com a redução da renda salarial das famílias, provocada pela diminuição dos postos de trabalho na economia e pela compressão dos salários, há uma motivação maior de outros membros dessa mesma família de saírem à procura de uma colocação no mercado,

O mercado de trabalho em Brasília convive com duas situações: há queda no rendimento médio dos ocupados e aumento gradativo e consistente da PEA

pressionando a taxa de desemprego.

Segundo, é que a demanda por trabalho, motivada pela entrada de novos indivíduos na população economicamente ativa, não é acompanhada por um crescimento satisfatório do nível de ocupação, o que contribui para aumentar o desemprego. O mercado de trabalho de Brasília convive com as duas situações: há queda, embora ainda

pequena, no rendimento médio dos ocupados e há um aumento gradativo e consistente da PEA.

O programa eleitoral de Joaquim Roriz anunciava a criação de 150 mil empregos no período 1999-2002, ou seja, 102,7 postos de trabalho por dia de gestão. O então candidato Roriz anunciava: "A desgastada teoria de que o desemprego é uma questão federal, serve, apenas, de escora para a inércia administrativa e a falta de criatividade e planejamento do governo local. À população, entretanto, refém de uma paralisia econômica cuja consequência são 170 mil desempregados não há tese que justifique uma realidade tão cinzenta e sem perspectiva". Devemos então questionar qual foi o planejamento oficial que levou o DF a bater recorde de desemprego no país?

As atuais ações da Secretaria de Trabalho, como as frentes de trabalho, nada mais são do que a continuidade de programas lançados pelo governo anterior. A idéia de atrair investidores via concessão de incentivos fiscais não produzirá efeitos imediatos e carece de fundamento a capacidade de Brasília resistir à guerra fiscal deflagrada entre os estados. O quadro revela uma gestão inerte e ex-gestão posição mais firme do governo local para enfrentar o desemprego crescente.

Uma das medidas iniciais poderia ser a divulgação oficial dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, para que o debate na sociedade pudesse produzir ações criativas e planejadas na geração de empregos.

■ Pedro Celso é deputado federal (PT-DF) e ex-secretário de Trabalho do DF